

Decreto nº 27.622, de 19 de novembro de 2004 - Dispõe sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e dá outras Providências.

Compensação Ambiental por dano ao meio ambiente

Resolução nº 09, de 29 de maio de 2003 – Institui no âmbito da Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará o compromisso de compensação ambiental por danos causados ao meio ambiente e pela utilização de recursos ambientais.

Conferência Estadual do Meio Ambiente

Decreto nº 27.215, de 17 de outubro de 2003 - Institui a Conferência Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA

Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987 - Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE e dá outras providências.

Lei nº 11.678, de 23 de maio de 1990 - Acrescenta competência ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, estabelecidas pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei nº 11.564, de 26 de junho de 1980.

Lei nº 12.910, de 09 de junho de 1999 - Alteração o art. 3º, seu parágrafo único e o art. 4º da Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987 e dá outras providências.

Decreto nº 23.157, de 08 de abril de 1994 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA.

Resolução nº 13, de 30 de julho de 1998 – Determina que os Conselheiros titulares do COEMA serão notificados da entrega, junto à SEMACE, dos EIA e dos RIMA, no prazo de cinco dias úteis contados da publicação, em jornal de grande circulação do aviso de depósito dos mesmos junto à SEMACE e dá outras providências.

Resolução nº 16, de 25 de novembro de 1999 – Determina que as três Organizações Não Governamentais ambientalistas que farão parte do colegiado do COEMA deverão representar a sociedade civil cearense em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da sadia qualidade de vida da população, estabelece critérios de seleção e dá outras providências.

Consórcio Público de Cooperação do Rio Maranguapinho

Lei Complementar nº 43, de 29 de junho de 2004 - Disciplina o Consórcio Público de Cooperação entre os municípios de Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Maranguape, autorizando a gestão associada de serviços públicos para desen-

volver e controlar as condições de saneamento e uso das águas da bacia hidrográfica do rio Maranguapinho e cria o Fundo Intermunicipal do Consórcio do rio Maranguapinho.

Defesa Sanitária Vegetal

Lei nº 13.066, de 17 de outubro de 2000 – Dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado do Ceará e dá outras providências.

Decreto nº 26.370, de 11 de setembro de 2001 - Aprova o regulamento da Lei nº 13.066, de 17 de outubro de 2000.

Decreto nº 26.719, de 20 de agosto de 2002 - Proíbe a entrada de cucurbitáceas na região de Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré.

Desertificação

Decreto nº 28.383, de 8 de setembro de 2006 - Institui Grupo de Trabalho Multiparticipativo para o Combate às Causas e Efeitos da Desertificação no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Educação Ambiental

Lei nº 11.492, de 23 de setembro de 1988 - Estabelece tópicos para a programação de atividades escolares da Rede Pública Estadual e dá outras providências.

Lei nº 12.367, de 18 de novembro de 1994 - Regulamenta o Artigo 215, Parágrafo 1º item (g) e o Artigo 263 da Constituição Estadual que instituí as atividades de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei nº 13.077, de 13 de dezembro de 2000 - Autoriza a Secretaria da Educação Básica a instituir a Semana Educacional de Proteção aos Animais e dá outras providências.

Decreto nº 26.465, de 11 de dezembro de 2001 – Cria a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará e dá outras providências.

Decreto nº 27.028, de 02 de maio de 2003 - Aprova o regimento interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará.

Decreto nº 27.482, de 14 de julho de 2005 - Altera dispositivos do Decreto nº 26.465, de 11 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

Embalagens Espumadas

Lei nº 12.329, de 15 de julho de 1994 - Proíbe a utilização de embalagens descartáveis espumadas, no território estadual, trecho como agente expensor o clorofluorcarbono e dá outras providências.

Estação Ecológica do Pecém

Decreto nº 25.708, de 17 de dezembro de 1999 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Estado do Ceará, as áreas de terra que indica, situadas nos municípios de Caucaia e de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Estância Termo-mineral